
Banco Brasileiro de Crédito S.A.

***Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2022
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores
Banco Brasileiro de Crédito S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Brasileiro de Crédito S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Brasileiro de Crédito S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às



Banco Brasileiro de Crédito S.A.

instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Banco Brasileiro de Crédito S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de setembro de 2022

A handwritten signature in black ink, which appears to read 'PricewaterhouseCoopers', is written over a large, stylized, light-colored circular graphic element.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0



Banco Brasileiro de Crédito S.A.

(atual denominação da BBC Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, do Banco Brasileiro de Crédito S.A., elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Banco Brasileiro de Crédito S.A. tem como objetivo a prática das operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, principalmente de caminhões, automóveis e veículos em geral, e a prestação de serviços de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica. E em conjunto com a cadeia de negócios da SIMPAR S/A, dá suporte aos canais de vendas do Grupo: CS Brasil, Movida, Automob, Transrio e Vamos Seminovos, Truckvan.

Em 16 de dezembro de 2021, o Banco Central do Brasil aprovou a mudança de objeto social da BBC Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil para Banco múltiplo, com carteira comercial e de arrendamento mercantil, alterando a denominação social para Banco Brasileiro de Crédito S.A

Em 30 de junho de 2022, os Ativos totais da Companhia somaram R\$ 362 milhões, crescimento de 21,5% em relação a 31 de dezembro de 2021, os destaques foram para o valor presente das Operações de Arrendamento Mercantil, que atingiu R\$ 251,2 milhões, um crescimento de 5,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, e as operações de crédito no montante de R\$ 38,9 milhões com início no mês de abril deste mesmo ano, e a R\$ 4,0 milhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, R\$ 25,2 milhões em Títulos e Valores Mobiliários – Letras do Tesouro Nacional (LTN), e demais ativos totalizaram 42,7 milhões.

A captação de recursos destinados à operação de crédito e de arrendamento mercantil totalizava o montante de R\$ 235,8 milhões, através de Depósitos a Prazo no montante de R\$ 116,2 milhões e as Letras de Arrendamento Mercantil (LAM), cujo montante foi R\$ 119,7 esta segunda captação ante R\$ 175,2 milhões, em 31 de dezembro de 2021, com redução de 31,7%.

O Patrimônio Líquido da Companhia foi de R\$ 62,7 milhões em 30 de junho de 2022, com índice de Basileia de 17,0%.

O resultado do semestre contábil foi de R\$ (2,4) milhões.

De acordo com as normas vigentes do Banco Central do Brasil, o Banco Brasileiro de Crédito S.A. no exercício, não contratou e nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. não relacionados à auditoria externa. A política adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

Agradecemos aos nossos colaboradores, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 20 de setembro de 2022.

A DIRETORIA

BANCO BRASILEIRO DE CREDITO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021	PASSIVO	Nota	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Disponibilidades	4	29.249	4.521	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		242.321	181.822
Instrumentos Financeiros	5a	7.253	22.856	- Depósitos a Prazo	10a	116.156	-
Títulos e Valores Mobiliários		7.253	22.856	- Outros Depósitos	10b	6.530	6.604
Operações de Crédito	6a	38.900	-	- Letras de Arrendamento Mercantil	10c e d	119.635	175.218
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6f	(350)	-	Obrigações Fiscais Diferidas	20b	42.491	37.678
- Operações de Crédito		(350)	-	Outros Passivos	12	14.492	13.457
Operações de Arrendamento Mercantil	6b	251.191	239.066	Patrimônio Líquido		62.733	65.090
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6f	(13.959)	(10.469)	Capital Social	13a	50.000	50.000
- Operações de Arrendamento Mercantil		(13.959)	(10.469)	Reservas de Lucros	13b	12.733	15.090
Créditos Tributários	20b	41.636	34.658				
Imobilizado de uso	7	178	151				
Depreciações Acumuladas	7	(115)	(109)				
Intangível	8	1.284	956				
Amortizações Acumuladas	8	(376)	(299)				
Outros Ativos	9	7.146	6.716				
TOTAL DO ATIVO		<u>362.037</u>	<u>298.047</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>362.037</u>	<u>298.047</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BANCO BRASILEIRO DE CREDITO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota	30 de junho de 2022	30 de junho de 2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		120.688	93.018
Operações de crédito		725	-
Operações de arrendamento mercantil	6i	118.143	92.674
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5c	1.820	344
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(100.051)	(76.232)
Operações de captação no mercado	10a e d	(10.502)	(4.552)
Operações de arrendamento mercantil	6i	(89.549)	(71.680)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		20.637	16.786
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(6.726)	(4.046)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6f	(6.726)	(4.046)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(18.029)	(9.627)
Receitas de prestação de serviços	14	636	1.808
Despesas de pessoal	15	(7.022)	(1.813)
Outras despesas administrativas	16	(9.691)	(7.455)
Despesas tributárias	17	(2.589)	(2.073)
Outras receitas operacionais	18	1.628	419
Outras despesas operacionais	19	(991)	(513)
RESULTADO OPERACIONAL		(4.118)	3.113
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		129	16
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		(3.989)	3.129
TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES SOBRE O LUCRO		1.632	(1.727)
Imposto de renda e Contribuição social	20a	1.882	(1.291)
Participação sobre o lucro		(250)	(436)
(PREJUÍZO) LUCRO DO PERÍODO		(2.357)	1.402
(PREJUÍZO) LUCRO POR AÇÃO EM CIRCULAÇÃO - EM R\$		(0,05)	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BANCO BRASILEIRO DE CREDITO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	30 de junho de 2022	30 de junho de 2021
(Prejuízo) Lucro do Período	(2.357)	1.402
Outros resultados abrangentes do período	-	-
(Prejuízo) Lucro do Período	(2.357)	1.402

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BANCO BRASILEIRO DE CREDITO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros/Prejuízos acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	30.000	538	10.104	-	40.642
Lucro Líquido	-	-	-	1.402	1.402
Destinação					
Reservas	-	70	1.319	(1.389)	-
Dividendos	-	-	-	(13)	(13)
SALDOS EM 31 DE JUNHO DE 2021	30.000	608	11.423	-	42.031
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	50.000	762	14.328	-	65.090
Prejuízo do período	-	-	-	(2.357)	(2.357)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022	50.000	762	14.328	(2.357)	62.733

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BANCO BRASILEIRO DE CREDITO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 (Em milhares de reais -R\$)

	Nota	30 de junho de 2022	30 de junho de 2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(3.989)	3.129
Ajustes ao Resultado		75.430	54.455
Depreciações amortização de bens arrendados		89.549	71.680
Amortizações		83	37
Superveniência de depreciação	6i	(31.387)	(25.843)
Ajuste de marcações a mercado de títulos e valores mobiliários		1	(17)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		6.726	4.046
Despesas de operações de captação no mercado	10a e d	10.458	4.552
Variações de Ativos e Obrigações		(96.502)	(73.572)
Variação em títulos e valores mobiliários		15.602	23.613
Variação em operações de crédito		(38.900)	-
Variação em operações de arrendamento mercantil		(64.610)	(94.056)
Variação de outras obrigações		(5.705)	8.436
Variação em depósitos		(74)	(7.220)
Variação em outros créditos		(852)	(5.065)
Variação em outros valores e bens		(2.492)	(238)
Contribuição Social pagas		529	958
Caixa Líquido Proveniente Nas Atividades Operacionais		(25.061)	(15.988)
Aquisição imobilizado de uso e intangível		(327)	-
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos		(327)	-
Aumento de Capital Social		-	-
Captação por meio de recursos de emissão de títulos		138.280	61.423
Resgate parcial de captação por meio de recursos de emissão de títulos		(88.164)	(47.535)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		50.116	13.888
Redução no caixa e equivalentes de caixa		24.728	(2.100)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		4.521	20.331
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	29.249	18.231

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em 30/06/2022 e 31/12/2021 para saldos patrimoniais e
De 01/01 a 30/06 de 2022 e 2021 para contas de resultado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Brasileiro de Crédito S.A. (atual denominação social da BBC LEASING S.A. - Arrendamento Mercantil) “Companhia” é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto social a prática das operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro e operacional principalmente de caminhões e veículos em geral e a prestação de serviços de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica.

Em 16 de dezembro de 2021, o Banco Central do Brasil aprovou a mudança de objeto social da BBC Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil para Banco múltiplo, com carteira comercial e de arrendamento mercantil, alterando a denominação social para Banco Brasileiro de Crédito S.A

As Demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 20 de setembro de 2022.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), advindas da Resolução CMN nº 4818/20 e da resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11638/07 e nº 11941/09.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Disponibilidades

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras no país, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual, inferior a 90 dias ou que tenham liquidez diária e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados e as operações prefixadas estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

No tocante as receitas de prestação de serviços de emissão de moeda eletrônica, na modalidade de cartões pré-pagos, as receitas são apropriadas ao resultado quando da efetiva prestação dos serviços contratados.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Instrumentos Financeiros

Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. São classificados nas seguintes categorias:

- **Títulos para negociação** – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda** – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- **Títulos mantidos até o vencimento** – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A companhia não possui títulos classificados nesta categoria.

e) Operações de crédito e de Arrendamento Mercantil

As operações de crédito são registradas a valor presente calculado “pro-rata-dia” com base na taxa de juros contratual, até 59 dias de atraso (nota 6a)

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada, contabilizada de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN (nota 6b)

Os arrendamentos a receber são registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação de Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no Imobilizado de Arrendamento Mercantil (nota 6b);



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em 30/06/2022 e 31/12/2021 para saldos patrimoniais e
De 01/01 a 30/06 de 2022 e 2021 para contas de resultado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

De acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, é calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência (nota 6b).

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras e em atendimento a Resolução BCB nº. 2, as operações de arrendamento mercantil estão sendo apresentadas pelo valor presente dos montantes totais a receber dos contratos.

No cálculo do valor presente é utilizada a taxa interna de retorno dos correspondentes contratos

As rendas das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 59 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de arrendamento mercantil já baixadas para prejuízo são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para operações de crédito e de arrendamento mercantil

A provisão para perdas esperadas ao risco de crédito, das operações de crédito e de arrendamento mercantil é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução CMN nº 2.682/1999, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e não mais figurando no balanço patrimonial da entidade.

A classificação das operações é amparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, administração, fluxo de caixa, pontualidade nos pagamentos, contingências, setor de atividade e garantias envolvidas.

As operações que se enquadram nos requisitos da Resolução nº 4.803/20 emitida pelo CMN, alterada pela Resolução Nº 4.855/20, poderão ser mantidas no mesmo nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020.

A provisão para perdas esperadas é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela administração da Companhia na determinação dos riscos de crédito.

g) Imobilizado de uso e de arrendamento

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

ii) Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: caminhões, 25%; veículos e afins, 20%.

Adicionalmente, o imobilizado de arrendamento inclui o ajuste referente à insuficiência/superveniência de depreciação (notas 6b, 6h).

iii) Perdas em arrendamento

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens (nota 6b).

h) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

i) Outros Ativos

Em outros ativos estão classificados os tributos a compensar referente a créditos de imposto de renda e contribuição social pagos antecipadamente e não compensadas no próprio exercício.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em 30/06/2022 e 31/12/2021 para saldos patrimoniais e
De 01/01 a 30/06 de 2022 e 2021 para contas de resultado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

Neste grupo também estão registradas as despesas antecipadas que representada pela aplicação de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrada no resultado de acordo com o regime de competência.

Outros devedores diversos são custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, dos quais gerarão receitas em períodos futuros. E serão apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Companhia ou quando não forem mais esperados benefícios futuros,

Os bens não de uso recebidos em dação de pagamento pelo custo e ajustado por provisão para perdas quando necessário.

A composição dos outros ativos (nota 9).

j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. Conforme Medida provisória nº 1.034/21, convertida na Lei nº 14.183, em 14 de julho de 2021 que elevou a alíquota-base da contribuição social de 15% a partir de julho de 2021 para 20%..

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

k) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

A Companhia avalia os ativos não financeiros a fim de verificar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. Este procedimento submete os ativos à análise tanto qualitativa quanto quantitativa, sendo que todos os ativos não financeiros são avaliados, no mínimo, uma vez por ano ou quando ocorrer a indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

De acordo com a Resolução CMN nº 3.566/08, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável.

O valor recuperável de cada ativo é calculado como o maior valor entre o valor em uso (soma dos fluxos de caixa antes de imposto estimados descontados à valor presente) e o valor justo menos seu custo de venda (preço de mercado subtraído das despesas de

transação). Para fins de avaliar a redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita em nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável. Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021 não houve ativos sujeitos ao ajuste por *impairment*.

I) Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros

i) Outros depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades, representados por saldos de cartões pré-pagos.

ii) Letras de Arrendamento Mercantil

Representados por captações efetuadas por intermédio de LAM - Letras de Arrendamento Mercantil. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata” dia.

m) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10, sendo os principais critérios os seguintes:

i - Ativos e Passivos Contingentes

Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

- Ativos Contingentes - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- Passivos Contingentes - Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações, a natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em 30/06/2022 e 31/12/2021 para saldos patrimoniais e
De 01/01 a 30/06 de 2022 e 2021 para contas de resultado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

ii - Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas provisões pelo valor integral em discussão, independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso do processo.

Os exigíveis e os depósitos judiciais correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

n) Outros Ativos e Passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas em base “*pro rata*” dia e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos em base “*pro rata*” dia.

o) Resultado por ação

O resultado por ação é calculado com base nas quantidades de ações nas datas das demonstrações financeiras.

p) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (iv) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (v) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

q) Eventos subsequentes

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em 30/06/2022 e 31/12/2021 para saldos patrimoniais e
De 01/01 a 30/06 de 2022 e 2021 para contas de resultado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

- (i) Eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- (ii) Eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

r) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente refere-se ao resultado que esteja relacionado com as atividades da companhia e que não esteja previsto para ocorrer frequentemente nos exercícios futuros, resultado recorrente refere-se à atividade da companhia e tem a previsibilidade que ocorrerá com frequência nos exercícios futuros. Os resultados recorrentes e não recorrentes estão descritos na nota 23a.

4. DISPONIBILIDADES

	30/06/2022	31/12/2021
Disponibilidades em moeda nacional	1	521
Aplicações interfinanceiras de liquidez	29.248	4.000
- Letras do Tesouro Nacional (a)	25.191	-
- Aplicações em depósitos interfinanceiros (b) (c)	4.057	4.000
Total de caixa e equivalentes de caixa	29.249	4.521

- (a) Representadas por aplicação em operações compromissadas em Letras do Tesouro Nacional – LTN; e
- (b) Remuneradas a uma taxa de 100% dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI;
- (c) Operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação sejam igual, ou inferior a 90 dias e que tenham liquidez diária e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) A carteira de títulos e valores mobiliários, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	30/06/2022	31/12/2021
Carteira própria	-	15.500
Letras financeiras do tesouro – LFT (a)	-	15.500
Vinculados a prestação de garantias (b)	7.253	7.356
Letras financeiras do tesouro – LFT (c)	7.253	7.356
Total	7.253	22.856

- (a) Vencimento do papel para 1º. de março de 2022, remuneradas a uma taxa de 100% da Selic;
- (b) Conforme Resolução BCB nº 80/2021, referem-se a recursos para garantia dos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamentos e valores recebidos pela instituição para crédito de cartões pré-pagos (vide nota 10a), todavia a Companhia, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, manteve valor superior ao mínimo exigido pelo BACEN; e
- (c) Vencimento do papel para 1º. de setembro de 2023, remunerada a uma taxa de 100% da Selic;

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em 30/06/2022 e 31/12/2021 para saldos patrimoniais e
De 01/01 a 30/06 de 2022 e 2021 para contas de resultado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários – Letras financeiras do tesouro - LFT:

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	30/06/2022	31/12/2021
Valor de custo	7.256	22.858
Ajuste a mercado refletido no resultado (1)	(3)	(2)
Valor Contábil	7.253	22.856

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA").

c) Resultado de operações com Títulos e Valores Mobiliários

	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de aplicações em operações compromissadas (1)	1.399	167
Rendas de títulos de renda fixa	421	177
Total	1.820	344

(1) Vide nota 4.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021, a Companhia não efetuou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Composição da carteira de financiamento

	30/06/2022	31/12/2021
Financiamento de veículos	38.900	-
Valor presente das operações de crédito	38.900	-

b) As operações de arrendamento mercantil são contratadas com taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem.

Os valores dos contratos de arrendamento mercantil estão registrados a valor presente, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em 30/06/2022 e 31/12/2021 para saldos patrimoniais e
De 01/01 a 30/06 de 2022 e 2021 para contas de resultado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

I - Composição da carteira de arrendamento mercantil

	30/06/2022	31/12/2021
Arrendamentos a receber – setor privado	322.784	318.039
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(318.076)	(313.986)
Imobilizado de arrendamento (nota 6g)	538.798	516.336
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados	(114.318)	(97.428)
- Depreciações acumuladas (nota 6g)	(284.282)	(248.140)
- Superveniência de depreciação (nota 6g)	169.964	150.712
(-) Valor residual garantido antecipado	(179.491)	(185.169)
(+) Perdas em arrendamento (nota 6g)	1.494	1.274
Valor presente das operações de arrendamento mercantil	251.191	239.066

(*) Valor presente das contraprestações dos contratos de arrendamento mercantil financeiro, calculado conforme Circular Bacen nº 1429/1989.

c) Composição da carteira por nível de risco

Nível de Risco	Saldo da carteira					
	Curso anormal			Curso normal	Total	%
	Vencidas	Vincendas	Total curso anormal			
AA.....	-	-	-	-	-	-
A.....	-	-	-	196.449	196.449	67,7
B.....	287	3.833	4.120	25.432	29.552	10,2
C.....	1.241	12.559	13.800	19.259	33.059	11,4
Subtotal.....	1.528	16.392	17.920	241.140	259.060	89,4
D.....	927	7.117	8.044	5.453	13.497	4,7
E.....	731	4.152	4.883	289	5.172	1,7
F.....	987	4.238	5.225	144	5.369	1,8
G.....	367	1.432	1.799	-	1.799	0,6
H.....	1.712	3.445	5.157	37	5.194	1,8
Subtotal.....	4.724	20.384	25.108	5.923	31.031	10,6
Total Geral em 30/06/2022	6.252	36.776	43.028	247.063	290.091	100,0
%.....	2,2	12,7	14,8	85,2	100,0	
Total Geral em 31/12/2021	4.906	30.727	35.633	203.433	239.066	100,0
%.....	2,1	12,9	14,9	85,1	100,0	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em 30/06/2022 e 31/12/2021 para saldos patrimoniais e
De 01/01 a 30/06 de 2022 e 2021 para contas de resultado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

Nível de Risco	Provisão											
	% Mínimo de Provisionamento requerido	Mínima requerida					Total em		Total em		%	
		Específica			Total específica	Genérica	Total	30/06/2022	%	31/12/2021		%
		Vencidas	Vincendas									
AA.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
A.....	0,5	-	-	-	982	982	982	6,9	697	6,7		
B.....	1,0	3	38	41	254	295	295	2,1	446	4,3		
C.....	3,0	37	378	415	577	992	992	6,9	922	8,8		
Subtotal.....		40	416	456	1.813	2.269	2.269	16,0	2.065	19,8		
D.....	10,0	93	712	805	545	1.350	1.350	9,4	1.358	13,0		
E.....	30,0	219	1.246	1.465	87	1.552	1.552	10,8	877	8,4		
F.....	50,0	493	2.119	2.612	72	2.684	2.684	18,8	1.383	13,2		
G.....	70,0	257	1.002	1.259	-	1.259	1.259	8,8	798	7,6		
H.....	100,0	1.712	3.446	5.158	37	5.195	5.195	36,2	3.988	38,0		
Subtotal.....		2.774	8.525	11.299	741	12.040	12.040	84,0	8.404	80,2		
Total Geral em 30/06/2022		2.814	8.941	11.755	2.554	14.309	14.309	100,0	10.469	100,0		
%.....		19,7	62,5	82,2	17,8	100,0	100,0					
Total Geral em 31/12/2021		1.958	6.159	8.117	2.352	10.469	10.469	100,0				
%.....		18,7	58,8	77,5	22,5	100,0	100,0					

d) Composição da carteira por prazo

	30/06/2022	31/12/2021
Vencidos a mais de 14 dias	5.099	3.757
A vencer até 60 dias	28.098	26.697
A vencer de 61 a 90 dias	12.793	11.733
A vencer de 91 a 360 dias	101.270	86.496
A vencer acima de 360 dias	142.831	110.383
Total	290.091	239.066

e) Composição da carteira por setor econômico:

	30/06/2022		31/12/2021	
	Valor	%	Valor	%
Setor privado	168.878	58,2	129.397	54,1
Serviços	124.946	43,1	92.990	38,9
Transportes terrestres	85.339	29,4	65.120	27,2
Alugueis não imobiliários	4.403	1,5	3.353	1,4
Serviços da construção	22.798	7,9	11.931	5,0
Armazenamento e atividades auxiliares	7.190	2,5	7.079	3,0
Demais serviços	5.217	1,8	5.507	2,3
Indústria	20.901	7,2	11.719	4,9
Fabricação de produtos alimentícios	3.205	1,1	2.688	1,1
Fabricação de produtos de metal	1.908	0,7	1.347	0,6
Fabricação de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	849	0,3	1.114	0,5

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
 Em 30/06/2022 e 31/12/2021 para saldos patrimoniais e
 De 01/01 a 30/06 de 2022 e 2021 para contas de resultado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

Fabricação de prod. De borrachas e de mat. Plásticos	1.721	0,6	1.544	0,6
Fabricação de móveis	441	0,2	681	0,3
Extração de minerais não-metálicos	298	0,1	482	0,2
Demais Indústria	12.480	4,3	3.863	1,6
Comércio	21.874	7,5	23.756	9,9
Comércio atacadista	11.539	4,0	13.028	5,4
Comércio varejista	6.532	2,3	7.415	3,1
Comércio de veículos	3.803	1,3	3.313	1,4
Outros	1.156	0,4	932	0,4
Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal	1.156	0,4	932	0,4
Pessoa física	121.213	41,8	109.669	45,9
Total	290.091	100,0	239.066	100,0

f) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo no início do período	10.469	11.741
Constituição da provisão	6.726	6.663
Baixa para prejuízo	(2.886)	(7.935)
Saldo no final do período	14.309	10.469

g) Recuperação e renegociação de créditos

No semestre findo em 30 de junho de 2022, houve recuperação de crédito no montante de R\$ 1.486 (30 de junho de 2021 - R\$ 413).

h) Imobilizado de Arrendamento

	30/06/2022	31/12/2021
Veículos e Afins	519.861	507.824
Máquinas e Equipamentos	18.937	8.512
Depreciação Acumulada	(284.282)	(248.140)
Superveniência de Depreciação	169.964	150.712
Perdas em Arrendamento	1.494	1.274
Total do imobilizado de arrendamento	425.974	420.182

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em 30/06/2022 e 31/12/2021 para saldos patrimoniais e
De 01/01 a 30/06 de 2022 e 2021 para contas de resultado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

i) Receitas e despesas de operações de arrendamento mercantil

	30/06/2022	30/06/2021
Receitas		
Rendas de arrendamento mercantil	86.756	66.831
Superveniência de depreciação	31.387	25.843
Total da receita	118.143	92.674
Despesas		
Depreciação de bens arrendados	(89.549)	(71.680)
Total da despesa	(89.549)	(71.680)
Total	28.594	20.994

j) Movimentação do imobilizado de arrendamento

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo no início do período	420.182	329.662
Entradas	95.506	258.453
Baixas	(31.552)	(69.748)
Depreciação no período	(89.549)	(156.806)
Superveniência de Depreciação no período	31.387	58.621
Saldo no final do período	425.974	420.182

7) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual
Móveis e equipamentos de uso	10%	92	29	63
Equipamentos de processamento de dados	20%	86	86	-
Total em 30/06/2022		178	115	63
Total em 31/12/2021		151	109	42

8) INTANGÍVEL

	Taxa anual	Custo	Amortização	Custo líquido de amortização
Software	20%	1.284	376	908
Total em 30/06/2022		1.284	376	908
Total em 31/12/2021		956	299	657

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
 Em 30/06/2022 e 31/12/2021 para saldos patrimoniais e
 De 01/01 a 30/06 de 2022 e 2021 para contas de resultado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

9) OUTROS ATIVOS

	30/06/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições a compensar	633	2.301
Devedores diversos	2.922	3.297
Outros valores e bens	3.372	907
Outros	219	211
Total	7.146	6.716

10) DEPÓSITOS, CAPTAÇÃO NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Depósitos a prazo

Refere-se as captações no mercado aberto relativo - Certificado de Depósitos Bancários.

Vencimento	30/06/2022	31/12/2021
01 a 30 dias	15.342	-
31 a 180 dias	60.682	-
181 a 360 dias	28.362	-
Acima de 360 dias	11.770	-
Subtotal	116.156	-

As despesas com captação de certificado de depósitos bancários – CDB, no semestre findo em 30 de junho de 2022 montou a R\$ 3.953.

b) Outros depósitos

Refere-se aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamentos pela emissão de cartões pré-pagos, na condição de emissor de moeda eletrônica.

	30/06/2022	31/12/2021
Outros depósitos		
Saldo de créditos – emissão de moeda eletrônica para portadores de cartões pré-pagos	6.530	6.604
Total	6.530	6.604

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em 30/06/2022 e 31/12/2021 para saldos patrimoniais e
De 01/01 a 30/06 de 2022 e 2021 para contas de resultado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Letras de Arrendamento Mercantil - LAM

Vencimento	30/06/2022	31/12/2021
01 a 30 dias	4.670	18.612
31 a 180 dias	27.849	42.273
181 a 360 dias	25.503	31.147
Acima de 360 dias	60.442	81.683
Subtotal	118.464	173.715

d) Letras de Arrendamento Mercantil – LAM (Vinculadas Res. BACEN 2921/2002)

Vencimento	30/06/2022	31/12/2021
31 a 180 dias	366	384
181 a 360 dias	295	350
Acima de 360 dias	510	769
Subtotal	1.171	1.503
Total	119.635	175.218

As despesas com Letras de Arrendamento Mercantil – LAM, nos semestres findos em 30 de junho de 2022 montou a R\$ 6.549 (30 de junho de 2021 – R\$ 4.552).

As informações relativas a operações ativas vinculadas realizadas na forma prevista na Resolução CMN nº 2.921/02 estão demonstradas abaixo:

Em 30 de junho

Operações ativas vinculadas	2022	2021	2022	2021
	Ativo	Ativo	Receitas	Receitas
	(passivo)	(passivo)	(despesas)	(despesas)
Operações ativas vinculadas				
Operações de arrendamento mercantil	2.061	2.515	324	744
Obrigações por conta das operações ativas				
Letras de arrendamento mercantil	(1.171)	(1.925)	(64)	(121)
Resultado Líquido das operações Vinculadas	890	590	260	623

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

- **Ativos contingentes** – Não existem ativos contingentes contabilizados pela Companhia.
- **Passivos contingentes prováveis e possíveis e obrigações legais** – O desenvolvimento das atividades normais da Companhia pode acarretar contingências decorrentes de processos judiciais de natureza cível, trabalhistas e fiscal. Na constituição das provisões a

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
 Em 30/06/2022 e 31/12/2021 para saldos patrimoniais e
 De 01/01 a 30/06 de 2022 e 2021 para contas de resultado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

administração leva em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, nos casos em que a perda for avaliada como provável.

- **Passivos contingentes classificados como perdas possíveis:** Não são reconhecidos contabilmente e estão representados por processos onde a Companhia figura como “ré”. As ações cíveis referem-se principalmente, a pedidos de indenizações por danos morais e materiais, que totalizam em 30 de junho de 2022 R\$ (343), em 31 de dezembro de 2021 no montante total de R\$ (120).

12) OUTROS PASSIVOS

	30/06/2022	31/12/2021
Fiscais e previdenciárias	2.249	4.007
Provisão para pagamento a efetuar	1.464	1.429
Credores diversos	9.921	7.485
Outros	858	536
Total	14.492	13.457

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 30 de junho de 2022 e de 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 50.000, dividido em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas de Lucros

	30/06/2022	31/12/2021
Reserva Legal (1)	762	762
Reservas estatutárias (2)	11.971	14.328
Reservas de lucros	12.733	15.090

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo limitado a 95% do capital social integralizado.

Estão assegurados e foi distribuído um dividendo mínimo obrigatório, de 1% do lucro líquido anual ajustado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
 Em 30/06/2022 e 31/12/2021 para saldos patrimoniais e
 De 01/01 a 30/06 de 2022 e 2021 para contas de resultado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

14) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	30/06/2022	30/06/2021
Rendas com cartões pré-pagos (1)	52	1.565
Operações de arrendamento mercantil	65	243
Rendas de operações de crédito	519	-
Total	636	1.808

(1) Rendas provenientes da emissão de moeda eletrônica - cartões pré-pagos.

15) DESPESAS DE PESSOAL

	30/06/2022	30/06/2021
Proventos	5.521	1.073
Encargos sociais	1.062	486
Benefícios	439	254
Total	7.022	1.813

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30/06/2022	30/06/2021
Serviços do sistema financeiro	132	1.270
Serviços de terceiros	3.290	3.400
Honorários da diretoria (21b)	1.926	666
Serviços técnicos especializados	1.334	501
Processamento de dados	1.845	784
Despesas com cobrança contratos	248	83
Despesas com reembolso partes relacionadas	316	312
Comunicações	65	99
Aluguéis	128	31
Publicações	17	54
Outras	390	255
Total	9.691	7.455

17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	30/06/2022	30/06/2021
Cofins	916	759
Pis	148	123
ISS	1.525	1.191
Total	2.589	2.073

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em 30/06/2022 e 31/12/2021 para saldos patrimoniais e
De 01/01 a 30/06 de 2022 e 2021 para contas de resultado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	30/06/2022	30/06/2021
Outras receitas financeiras	1.628	419
Total	1.628	419

19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	30/06/2022	30/06/2021
Associação de Classe	42	39
Desconto concedido	530	297
Despesas com Bens recuperados	146	58
Despesas com provisão trabalhistas	25	-
Depreciação e amortização (1)	77	37
Despesas com viagem	73	-
Outras	98	82
Total	991	513

(1) Bens Intangíveis

20) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) A Companhia está sujeita ao regime de tributação pelo Lucro Real, cuja apuração a seguir é demonstrada:

	30/06/2022	30/06/2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(3.989)	3.129
▪ Alíquota vigente (nota 3i)	45%	40%
▪ Imposto de renda e Contribuição apurada/ Expectativa de crédito	1.795	(1.252)
▪ Outros efeito do IRPJ e da CSLL	87	(475)
Total de Imposto de Renda e Contribuição social	1.882	(1.727)

b) O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, estão representados por:

	31/12/2021	Constituição	Realização/ Baixa	30/06/2022
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.590	3.844	(582)	11.853
Provisão Processos Trabalhistas	60	11	-	71
Provisão para publicação	34	6	(34)	6
Ajuste de Marcação a Mercado	-	5	(1)	4
Crédito tributário sobre diferenças temporárias	8.684	3.866	(616)	11.934
Prejuízo fiscal e base negativa				

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em 30/06/2022 e 31/12/2021 para saldos patrimoniais e
De 01/01 a 30/06 de 2022 e 2021 para contas de resultado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

de contribuição social (2)	25.974	3.728	-	29.702
Total Crédito tributário	34.658	7.594	(616)	41.636
Obrigações fiscais diferidas (1)	(37.678)	(7.847)	3.034	(42.491)
Crédito tributário líquidos das obrigações fiscais diferidas	(3.020)	(253)	2.418	855

(1) obrigações fiscais diferidas referem-se ao imposto de renda sobre superveniência de depreciação.

- c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

A projeção de realização do crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada a expectativa de lucros contábeis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais forem compensados. Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos tributários.

	Diferenças temporárias		Total 30/06/2022
	Imposto de Renda	Contribuição social	
▪ 2022	386	309	695
▪ 2023	1.855	1.485	3.340
▪ 2024	4.080	3.748	7.828
▪ 2025	-	-	-
▪ 2026	39	32	71
Total dos créditos tributários (2)	6.360	5.574	11.934

(2) Conforme § 1º do Art. 5º da Resolução CMN nº 4.842/20, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação, no montante de R\$ 29.702 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 25.974), não foram contemplados em razão de sua realização ser apurada no fluxo de vencimento das operações de arrendamento mercantil contratadas.

Em 30 de junho de 2022, o valor presente dos créditos tributários, foi calculado de acordo com a taxa DI divulgada pela B3, no montante de R\$ 9.256 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 6.814).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
 Em 30/06/2022 e 31/12/2021 para saldos patrimoniais e
 De 01/01 a 30/06 de 2022 e 2021 para contas de resultado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

21) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

	Semestres findos em 30 de junho			
	2022	2021	2022	2021
	Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Comissões a Pagar				
Movida Locação de Veículos S.A.	(336)	(166)	(1.194)	(736)
Ponto Veículos LTDA	(17)	(4)	(32)	(18)
Original Veículos LTDA	(25)	(11)	(102)	(73)
Transrio Caminhões Ônibus LTDA	(165)	(410)	(716)	(1.340)
Avante Veículos Ltda	-	-	-	-
CS Brasil Transp. Pass. Serv. Amb.	(2)	-	(1)	-
Vamos Locação de Caminhões Máq.	(40)	(61)	-	(218)
Komatsu	(16)	-	(16)	-
Antecipações para Reembolso de Crédito				
• JSL S/A e Controladas		(530)		-
Valores a Receber				
• JSL S/A e Controladas	-	76	-	-
Receita de Prestação de Serviços				
• JSL S/A e Controladas		-		868
Outras Despesas Administrativas				
• SIMPAR S/A e Controladas	(70)	(4)	(293)	(316)
Outras Receitas				
• Controladas		-		-
Aplicação em Letras de Arrendamento Mercantil				
• BBC Holding Financeira Ltda	(11.239)	(55.453)	(1.202)	(1.777)
• SIMPAR S.A.	(48.344)	(92.380)	(4.034)	(2.204)
• Mogi Passes LTDA.	(51.298)	-	(1.352)	-
• Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos	(6.920)	(8.664)	(315)	(339)
• SIMPAR S.A. (Vinculada a Resolução Bacen 2921/2002).	(1.171)	(1.925)	(64)	(121)



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em 30/06/2022 e 31/12/2021 para saldos patrimoniais e
De 01/01 a 30/06 de 2022 e 2021 para contas de resultado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia é de responsabilidade da Assembleia Geral a fixação do montante global da remuneração dos Administradores.

No semestre findo em 30 de junho de 2022 houve gastos com remuneração aos Administradores no montante de R\$ 1.926 (30 de junho de 2021 – R\$ 666).

c) Benefícios Pós Emprego

Não existem benefícios pós emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

22) GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

a) Gerenciamento de Riscos

O gerenciamento de riscos é considerado um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando obter a segurança necessária para a manutenção e continuidade dos negócios da Companhia.

A Resolução Bacen nº 4.557/17, dispõe sobre a estrutura de Gerenciamento de Riscos e a estrutura de Gerenciamento de Capital, que devem adotar as instituições de forma contínua e de acordo com a compatibilidade do modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos desenvolvidos.

O gerenciamento de riscos é o processo onde:

- São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais das operações;
- São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gerenciamentos e controle de riscos consistentes com as orientações da Administração e as estratégias; e
- A carteira é administrada considerando as melhores relações de risco-retorno.

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação.

O gerenciamento de riscos é considerado estratégico pela característica dos produtos e ativos das operações de arrendamento mercantil e operações de crédito direto ao consumidor, impondo as condições de mercado constantes necessidades de aprimoramento e busca das melhores práticas. A Companhia exerce o controle dos riscos desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle para gerenciamento dos riscos.

Os processos de gerenciamento de riscos permeiam toda a Companhia, estando alinhados às diretrizes da Administração e dos Executivos que, por meio de Comitês, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de riscos. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a Administração por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em 30/06/2022 e 31/12/2021 para saldos patrimoniais e
De 01/01 a 30/06 de 2022 e 2021 para contas de resultado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as recomendações aplicáveis pela autoridade monetária no Brasil. O controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é realizado de forma centralizada, visando assegurar que os riscos da Companhia sejam administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos, que estão também associados à Gestão e Continuidade dos negócios da Companhia. O objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições aos riscos, bem como uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

Em relação ao Gerenciamento de Capital, destacamos que o Índice de Basileia faz parte dos indicadores que são avaliados nesse processo de Gerenciamento, e tem por finalidade medir a suficiência de capital em relação à exposição aos riscos.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular CMN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site <http://www.bancobbcdigital.com.br> Gerenciamento de Riscos – Estrutura de Gerenciamento de Riscos.

b) Gerenciamento de Risco de Crédito

Define-se como Risco de Crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

As exposições ao risco de crédito devem ser monitoradas com eficácia, de forma a permitir, com base em pontos de controle e relatórios quantitativos e qualitativos, acompanhar e avaliar a composição, a concentração dos riscos de crédito e a sua distribuição de acordo com as políticas e os limites estabelecidos, bem como os níveis de classificação de risco e a sua evolução, os níveis de atraso, renegociações, recuperações e provisionamentos.

Todos os limites estabelecidos devem ser devidamente comunicados às áreas envolvidas, tornando-as também parte desta estrutura, no que tange ao seu cumprimento.

No sentido de atender as premissas da Companhia de maneira tempestiva, são utilizados instrumentos de controle, tais como: Limite Máximo de Exposição ao Risco de Crédito por Grupo Econômico, Índice de Inadimplência, Provisão para Devedores Duvidosos, Classificação e Revisão Periódica de Clientes, Monitoramento de Exposição ao Risco de Crédito Indireto, Exposições sobre Estimativa de Valor de Mercado do Bem (Risco de Valor Residual), Monitoramento de Renegociações, Perdas e Recuperações de Crédito e Plano de Contingência, além da avaliação do Risco Socioambiental nos termos da Resolução Bacen nº 4.327/14, relacionada às operações analisadas na Companhia.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em 30/06/2022 e 31/12/2021 para saldos patrimoniais e
De 01/01 a 30/06 de 2022 e 2021 para contas de resultado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Gerenciamento de Risco de Mercado e do IRRBB

Define-se como Risco de Mercado, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia. À esta definição se inclui os riscos de variação de taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos de classificação na carteira de negociação; e os riscos da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

Define-se o IRRBB como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Deve-se prever, adicionalmente, para o risco de mercado e para o IRRBB, sistemas que considerem todas as fontes significativas de risco e utilizem dados confiáveis de mercado e de liquidez, tanto internos quanto externos, documentação adequada das reclassificações de instrumentos entre a carteira de negociação e a carteira bancária e das transferências internas de riscos, observados os critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

O gerenciamento do Risco de Mercado envolve a classificação das posições detidas pela Companhia em Carteira de Negociação ou Não-Negociação, o controle do limite máximo de exposição, a criação de cenários de teste de estresse, e o estabelecimento de um plano de medidas contingenciais.

A Companhia adota e monitora a possibilidade de perda financeira decorrente de oscilações de preços e taxas de instrumentos financeiros, visto que existe a possibilidade de descasamento de prazos, moedas e indexadores nas realizações de suas operações.

A Análise de Sensibilidade efetuada pela Companhia, é um processo pelo qual são estimadas as oscilações que podem ocorrer quando aplicados choques predeterminados nos fatores de risco. Tal método tem como finalidade simular os efeitos no resultado da Companhia diante de eventuais cenários.

Abaixo, demonstramos o impacto nas posições da Companhia para 30/06/2022 e 31/12/2021, sendo aplicado 3 cenários com a alta da taxa de juros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em 30/06/2022 e 31/12/2021 para saldos patrimoniais e
De 01/01 a 30/06 de 2022 e 2021 para contas de resultado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

Análise de sensibilidade – Carteira Bancária

R\$ mil

Carteira com Taxa de Juros em Reais		30 de Junho de 2022				31 de Dezembro de 2021			
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
		+0,25%	+0,50%	+0,75%	+1,00%	+0,25%	+0,50%	+0,75%	+1,00%
Ativo	Leasing Financeiro	(814)	(1.623)	(2.426)	(3.224)	(762)	(1.518)	(2.270)	(3.016)
	Operações de Crédito	(180)	(359)	(536)	(712)	-	-	-	-
	Total do Ativo	(994)	(1.982)	(2.962)	(3.936)	(762)	(1.518)	(2.270)	(3.016)
Passivo	Letras de Arrendamento Mercantil	285	569	850	1.131	431	860	1.286	1.709
	Depósito à Prazo	11	21	32	42	-	-	-	-
	Total do Passivo	296	590	882	1.173	431	860	1.286	1.709
Total:		(698)	(1.392)	(2.080)	(2.763)	(331)	(658)	(984)	(1.307)

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam nossas posições ativas e passivas.

d) Gerenciamento do Risco Operacional

Define-se como Risco Operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se à esta definição o Risco Legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros, decorrentes das atividades desenvolvidas. Excluem-se os riscos estratégicos de negócios e riscos de reputação, que não derivam de falhas de controle interno.

As perdas operacionais devem ter seus valores identificáveis associados aos eventos de cada risco operacional.

A estrutura estabelecida para o Gerenciamento de Risco Operacional deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e reportar eventos de riscos operacionais, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades no gerenciamento do risco operacional. O controle do Risco Operacional permite a atuação preventiva e corretiva, evitando novos eventos e reincidência de falhas.

e) Gerenciamento do Risco de Liquidez

Define-se o Risco de Liquidez como a possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a Companhia não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A Companhia adota um conjunto de medidas de contingência para momentos de crise de liquidez e uma Política de Gerenciamento de Caixa, para manutenção de suas atividades, bem como, Fluxo de Caixa que permita verificar a movimentação de ativos e passivos.

f) Gerenciamento de Capital

Define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital da Companhia, para adequar ao volume das operações e aos riscos a que a Companhia está sujeita.

A estrutura de Gerenciamento de Capital é segregada das áreas de negócios e da auditoria interna e deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir e avaliar, monitorar e reportar a necessidade de capital, observando as seguintes diretrizes:

- Estabelecer metas e necessidades de capital, considerando os riscos a que a Companhia está sujeita e os objetivos estratégicos estabelecidos;
- Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições econômicas, regulamentares/legais e de mercado;
- Manter um colchão de capital prudente, de forma a garantir a viabilidade econômica da Companhia e financiar as oportunidades de crescimento;
- Observar, permanentemente, os normativos emitidos pelos reguladores;
- Assegurar que os participantes tomem decisões estratégicas e operacionais, segundo as respectivas competências, devendo a Área de Controles e Riscos informar regularmente à Diretoria sobre a compatibilidade do capital frente aos riscos expostos e aos objetivos estratégicos; e
- O Índice de Basileia apurado em junho de 2022 foi de 17,0% (31 de dezembro de 2021 – 21,3%), demonstrando a suficiência de capital da Companhia, que visa suportar o incremento na realização de novas operações de crédito Direto ao Consumidor e Arrendamento Mercantil, bem como, na emissão de moeda eletrônica de pagamento na modalidade pré-pago.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em 30/06/2022 e 31/12/2021 para saldos patrimoniais e
De 01/01 a 30/06 de 2022 e 2021 para contas de resultado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

g) Apresentamos o balanço patrimonial por prazo

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Disponibilidades	29.249	-	-	-	-	29.249
Instrumentos Financeiros	7.253	-	-	-	-	7.253
Titulos e Valores Mobiliários	7.253	-	-	-	-	7.253
Operações de créditos	1.258	5.953	6.785	24.904	-	38.900
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(11)	(54)	(61)	(224)	-	(350)
- Operações de Créditos	(11)	(54)	(61)	(224)	-	(350)
Operações de Arrendamento Mercantil	19.606	57.107	56.551	117.927	-	251.191
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(1.004)	(3.034)	(3.048)	(6.873)	-	(13.959)
- Operações de Arrendamento Mercantil	(1.004)	(3.034)	(3.048)	(6.873)	-	(13.959)
Créditos Tributários	30	138	864	33.626	-	41.636
Imobilizado de uso	-	-	-	-	63	63
Intangível	-	-	-	-	908	908
Outros Ativos	8	6.294	844	-	-	7.146
Total em 30 de junho de 2022	55.142	60.505	55.211	144.680	971	362.037
Total em 31 de dezembro de 2021	49.495	54.756	53.922	139.175	699	298.047
Passivo						
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	11.200	28.215	25.799	60.951	-	242.321
- Depósitos a Prazo	15.342	60.682	28.362	11.770	-	116.156
- Outros Depósitos	6.530	-	-	-	-	6.530
- Letras de Arrendamento Mercantil	4.670	28.215	25.799	60.951	-	119.635
Obrigações Fiscais Diferidas	-	-	-	42.798	-	42.798
Outros Passivos	3.053	11.132	-	-	-	14.185
Patrimônio Líquido	-	-	-	-	62.733	62.733
Capital Social	-	-	-	-	50.000	50.000
Reservas de Lucros	-	-	-	-	12.733	12.733
Total em 30 de junho de 2022	14.253	39.347	25.799	103.749	62.733	362.037
Total em 31 de dezembro de 2021	35.755	45.575	31.497	120.130	65.090	298.047

23) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultado recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução nº 2/2020 (art. 34) o resultado contábil de 2022 foi de R\$ (2.357) e de 2021 no montante de R\$ 1.402 ambos sendo resultados recorrentes. Nos semestres não ocorreram resultados não recorrentes.

b) Ativos intangíveis são representados por aquisição de licenças de *softwares*.

c) No processo de convergência as Normas Internacional de Contabilidade, o Comitê de Pronunciamento Contábeis-CPC, emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, aplicáveis as instituições financeiras. Até 30 de junho de 2022, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em 30/06/2022 e 31/12/2021 para saldos patrimoniais e
De 01/01 a 30/06 de 2022 e 2021 para contas de resultado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

- Resolução nº. 4.924/21 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
 - Resolução nº. 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
 - Resolução nº. 4.818/20 – Eventos Subsequente (CPC 24);
 - Resolução nº. 3.989/21 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 – R1);
 - Resolução nº. 4.924/21 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23)
 - Resolução nº. 4.924/21 – Estrutura Conceitual Básica (R1);
 - Resolução nº. 4.877/20 – Benefícios a Empregados (CPC 33 – R1).
 - Resolução nº. 4.818/20 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 – R1);
 - Resolução nº. 4.818/20 – Demonstração do Fluxo de Caixa – (CPC 03 – R2); e
 - Resolução nº. 4.924/21 – Mensuração do Valor Justo (CPC 46),
 - Resolução nº 4818/20 – Resultado por ação (CPC 41)
 - Resolução nº 4.525/16 – Ativo Imobilizado (CPC 27)
 - Resolução nº 4.924/21 – Receita de Contrato com cliente (CPC 47)
- d) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações nas demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2022.

24) EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25/08/2022, foi deliberado o aumento de capital social no montante de R\$ 60.000 aguardando homologação do Banco Central do Brasil.
- b) A Medida Provisória nº 1.115/2022 altera a alíquota da contribuição social dos Bancos de 20% para 21% a partir do mês de agosto de 2022 voltando a alíquota de 20% no mês de janeiro de 2023.